

MAURICIO C. COUTINHO

MARX E A TEORIA MONETÁRIA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Recebido em 24/10/2024

Aprovado em 112/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1183

MARX E A TEORIA MONETÁRIA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Resumo

O artigo procura, a partir de uma lista completa das referências (autores e obras) evidenciadas por Marx nos três primeiros capítulos d'*O Capital*, destacar o papel decisivo dos diversos autores que trataram de economia monetária, dos séculos XVII ao XIX, nas formulações de Marx sobre moeda, preços e mercadoria. Afirma-se que a “crítica à economia política” de Marx ergue-se sobre as formulações monetárias que estão na base da constituição da economia como ciência e dos debates monetários do século XIX.

Palavras-chave: Marx; moeda; preços; mercadoria; circulação

MAURICIO C.
COUTINHO

Professor Titular do Instituto de
Economia da Unicamp

Email: coutinho@unicamp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1253-8567>

Abstract

By means of a comprehensive list of the references – authors and works – evinced by Marx in the three first chapters of Capital, the article stresses the decisive role of the monetary debates of the 17th, 18th and 19th century in Marx’s approach to money, prices, and commodities. We stress that Marx’s ‘critique of political economy’ is built upon the monetary formulations and debates over which political economy as a science was built.

Keywords: Marx; money; prices; commodity; circulation

Introdução

É usual em história do pensamento econômico, e mesmo nos estudos sobre Marx, o estabelecimento de linhas de continuidade e de ruptura entre Marx e certo número de economistas que o antecederam: os fisiocratas (Quesnay, em particular), Smith, Ricardo. Eventualmente Petty, já que Marx assinala que a economia política nasce com Petty. Na medida em que Marx construiu sua obra como uma “crítica da economia política”, a associação a nomes representativos na constituição da ciência é de certo modo natural.

O desconforto da filiação a um número restrito de antecedentes é que, ao lermos Marx, salta aos olhos a referência a um imenso contingente de outros economistas. Se Smith, Ricardo e os fisiocratas são presenças certas em determinados capítulos e passagens, chama atenção a variedade de economistas nomeados, alguns recorrentemente, em particular nos três primeiros capítulos de *O Capital*.

A partir dessa constatação duas questões podem ser formuladas. Para começar, se uma leitura dos textos econômicos publicados (*Capital e Contribuição à Crítica da Economia Política*) e de anotações (*Grundrisse*) documenta que, ao discutir valor, mercadoria, dinheiro, Marx deu enorme atenção a uma profusão de economistas dos séculos XVII, XVIII e XIX, não parece razoável perguntar a medida da influência de tais economistas sobre sua obra? Uma segunda questão é sugerida pela associação dos economistas referidos por Marx aos incontáveis debates a respeito de moeda que caracterizaram a literatura econômica, em especial do período 1650 a 1770: a dominância da temática monetária nos textos referidos não nos deveria levar a especular a respeito do impacto (e da eventual presença) das controvérsias monetárias dos séculos XVII, XVIII e mesmo XIX no sistema de Marx?

Uma palavra sobre a estrutura expositiva d'*O Capital*. Como se sabe – este é uma espécie de ponto de honra dos estudos marxianos – Marx optou n'*O Capital* por partir da mercadoria para chegar ao dinheiro, e daí ao capital. A mercadoria e seus predicados – valor de uso e valor – são desenvolvidos

para que o dinheiro emergja dessa contraposição entre os dois elementos antitéticos nela presentes. O ponto de partida, portanto, é a mercadoria. No entanto, o declarado intento de Marx era chegar à moeda e daí ao capital. Marx argumentava que uma das razões para “recuar” à mercadoria foi o empenho em esclarecer certos tópicos que, na abordagem da moeda, foram mal-entendidos pelos economistas. Na mercadoria, disse Marx, ficam claras questões que aparecem de modo confuso para os economistas na moeda, um desenvolvimento da mercadoria¹.

O “partir da mercadoria”, portanto, é o cerne da exposição do Marx maduro. Aliás, parte das dificuldades oferecidas ao leitor pelos capítulos iniciais d’*O Capital* decorre desta trivial razão: partirem da mercadoria, para chegar à moeda (e à antessala do capital). Ora – e aqui a linha condutora da presente exposição – os três primeiros capítulos d’*O Capital* talvez representem o segmento da obra de Marx em que mais marcante é o recurso a economistas dos séculos XVIII e anteriores, ou ainda a autores decisivos nos debates monetários ingleses que transcorrem de Ricardo ao Peel Act (1844)². Retorna a questão: não teriam sido as contribuições desses economistas decisivas para a exposição do argumento central de Marx? Observe-se que, sintomaticamente – e como veremos –, não é Quesnay o nome mais presente na lista dos economistas franceses referidos no início d’*O Capital*, senão o daqueles que enveredaram pela temática monetária.

O propósito do presente trabalho, portanto, é fazer menção aos economistas e às abordagens do século XVIII, XVII e, secundariamente, XIX; neste último período, Tooke, Fullarton e participantes do debate “banking school” versus “currency school” que, por influenciarem a formação do pensamento sobre dinheiro e crédito de Marx, foram bastante referidos nos três primeiros capítulos d’*O Capital*. Pode-se notar, inclusive (ver adiante), que

¹ Uma posição enunciada com clareza já na *Contribuição à Crítica da Economia Política*: “A principal dificuldade da análise do dinheiro é vencida quando se compreende que o dinheiro tem a sua origem na própria mercadoria” (Marx, 1857, p. 168).

² O segundo capítulo da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, “O Dinheiro ou a Circulação Simples”, menciona (e debate) profusamente os economistas monetários dos séculos XVII a XIX.

as não muito numerosas referências a Ricardo nesses capítulos devem-se mais a sua exposição emblemática da teoria quantitativa da moeda do que aos bem conhecidos desenvolvimentos do capítulo I dos *Princípios* sobre o valor, os quais viriam a ser examinados detidamente em outras passagens d'*O Capital*, em particular no Livro III.

Advirto que na presente exposição apenas menções serão efetuadas, porque uma simples aproximação a cada um dos diversos economistas enumerados requereria um espaço imenso e, francamente, uma erudição que não tenho. Entenda-se que o que se vai apresentar aqui é um polêmico roteiro de estudos da obra econômica de Marx – a ser desenvolvido em outra ocasião, ou por outras pessoas –, que privilegia a dimensão histórica do pensamento econômico. O roteiro se cingirá no momento aos três primeiros capítulos do *Capital*, podendo ser alargado em outra oportunidade, em particular por incursões à *Contribuição à Crítica*. Aliás, o próprio *O Capital* está coalhado de referências a esta obra, como se Marx indicasse que um tratamento detalhado dos economistas fora feito no texto de 1859 – o que é verdade³.

Diga-se que o roteiro a seguir é facilitado por uma outra característica extraordinária da obra de Marx, que é a profusão de referências. Marx se refere exaustivamente aos autores e obras que utilizou, o que torna fácil perceber quais pontos o interessaram e quais marcaram sua “crítica da economia política”. Naturalmente, ele se apropria dos autores e das contribuições às quais se refere; vale dizer, toma dos autores o que o interessa e os interpreta conforme a estrutura de seu (de Marx) sistema. Seria curioso apontar as diversas passagens em que Marx se vale de citações a certo autor em defesa de uma ideia sua, quando tal ideia poderia ser contraditada por outra citação, do mesmo autor, às vezes na mesma obra. Mas esses são os avatares do ofício de crítico: quem critica se apropria das contribuições de outros a sua moda... A exposição será desenvolvida do seguinte modo:

³ Inúmeras controvérsias em torno de moeda e política monetária, dos séculos XVI ao XIX, são de fato exploradas na *Contribuição à Crítica* – o que, se não torna a leitura prévia desta obra indispensável ao entendimento dos primeiros capítulos d'*O Capital*, torna-a ao menos necessária à compreensão da teoria monetária de Marx

1. Uma enumeração completa dos economistas referidos por Marx nos três primeiros capítulos de *O Capital*. Em algumas das referências, tentativa de identificação dos tópicos ou contribuições específicas que interessaram a Marx e que foram incorporadas a suas formulações (o que abrange tanto incorporações no sentido estrito quanto qualificações ou rejeições explícitas); 2. Uma apreciação bastante preliminar do panorama principal do debate monetário do século XVIII – e em que medida ele teria sido incorporado / rejeitado / superado por Marx, em seu tratamento específico de moeda e mercadoria; 3. Uma apreciação também bastante preliminar do tratamento dado por Marx à moeda – chegar à moeda partindo da mercadoria – nos três primeiros capítulos d’*O Capital* e eventuais implicações sobre a apropriação das contribuições dos economistas.

I. Enumeração dos economistas e obras referidas, com alguns comentários

A enumeração que segue é completa e segue a ordem presente n’*O Capital*⁴. Deixaram-se de lado apenas as profusas referências de Marx a sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*, assim como as também profusas referências a Proudhon, longamente exploradas na *Miséria da Filosofia* e na própria *Contribuição à Crítica*⁵.

Capítulo I

Nicholas Barbon, *A Discourse on Coining the New Money Lighter. In Answer to Mr. Locke’s Considerations* (1696). As duas primeiras referências d’*O Capital* (excetuando CCEP) são a Barbon, um dos autores mais mencionados em toda a obra e o campeão de referências nos primeiros capítulos. Neste texto, Barbon contesta a solução de Locke para a crise monetária inglesa de 1695/96.

⁴ A edição utilizada é a da Boitempo (Marx, [1867] 2013).

⁵ Os autores e obras referidos diretamente por Marx – e apresentados na seção I – não compõem a lista de referências deste artigo.

John Locke, *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest* (1691). O primeiro dos escritos monetários de Locke. Contém argumentos sobre a inconveniência de fixar a taxa de juros e ideias gerais sobre moeda.

Le Trosne, *De l'intérêt social* (a edição mencionada é de 1846, mas a obra é de 1777). Certamente, Le Trosne é o autor francês mais referido nos primeiros capítulos.

Pietro Verri, *Meditazione sulla economia politica* (1771). Um dos autores italianos mais referidos por Marx, Verri é um dos principais iluministas econômicos e sua extensa obra comporta vários estudos sobre economia e comércio.

Samuel Bailey, *Money and its Vicissitudes* (1837). Bailey é um escritor de obra profusa e seu nome aparece associado a free-banking school. Marx se refere em seguida a um escrito anônimo de Bailey, *A Critical Dissertation on the Nature, Measures and Causes of Value; Chiefly in Reference to the Writings of Mr. Ricardo and his Followers...* (1825), que faz uma crítica das críticas à teoria do valor de Ricardo publicadas após a morte deste autor, em especial na *Westminster Review*.

Benjamin Franklin – a primeira referência remete à segunda edição do Livro I de *O Capital* e às obras completas de Franklin (1836), sem identificação precisa de localização. Nesta primeira referência (nota 17a), Marx significativamente menciona outro autor dileto seu, **William Petty** (“um dos primeiros economistas a analisar a natureza do valor”).

Charles Ganilh, *Des systèmes d'économie politique* (1809) – a referência é à segunda edição da obra, de 1821.

Ferdinando Galiani, *Della Moneta* (1751). Galiani, especialmente por seu *Della Moneta*, é um dos autores/obras mais referidos por Marx na apresentação do valor. Nesta nota à segunda edição (nota 27), Marx se refere a uma das sentenças de Galiani de sua predileção: “o valor é uma relação”.

David Ricardo – note-se que esta primeira referência a Ricardo aparece em uma nota de rodapé apenas na seção 4, “O Fetichismo da Mercadoria”. No caso, uma menção às “robinsonadas” de Ricardo (o caçador e o pescador primitivos trocam conforme o trabalho objetivado...). Ainda assim, Marx remete à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, obra em que o assunto, assim como o comentário a Ricardo, foi mais desenvolvido. A segunda referência a Ricardo (nota 31) aponta a insuficiência da análise ricardiana da grandeza do valor – apesar de esta ser a melhor de todas, conforme Marx. E a nota na realidade se refere a **Destutt de Tracy**, ou a um comentário de Ricardo a este último autor. A mesma nota 31 menciona (bastante depreciativamente) **J. S. Mill**.

Capítulo II

(Vou deixar de lado, assim como deixei nas anotações sobre os demais capítulos, os profusos comentários a **Proudhon**, que vêm da *Miséria da Filosofia* e ocupam boa parte da *Contribuição à Crítica*...)

Aristóteles – afora Proudhon, a primeira referência do capítulo II é à *República* de Aristóteles. Aristóteles, uma referência obrigatória em filosofia, é parte do horizonte de todos os filósofos- economistas que, desde Oresme (1355), trataram da moeda.

Pietro Verri, *Meditazione sulla Economia Política* (1771). A citação é significativa: “Il danaro è la merce universale”. Ecoa Petty, com um século de diferença. De certo modo, e guardada a necessidade de uma aproximação ao balanço de pagamentos, reitera as opiniões de todos os economistas (Steuart, Smith), de que ouro é “moeda internacional”. Vale antecipar que o debate dos economistas do século XVIII (e XVII) muito frequentemente tem como referência temas associados ao *debasement*, tais como “escassez de dinheiro” e impactos sobre o balanço de comércio. Marx evita introduzir as relações internacionais nos dois primeiros capítulos d’*O Capital* por uma razão óbvia: o “dinheiro mundial” representará o último tópico do capítulo III. Mesmo aí, no entanto, será tratado de modo sumário.

Relembro que “escassez de dinheiro”, um assunto corrente no debate econômico, é estranho a economistas como Marx e Steuart, que, cada um a seu modo, assumem o dinheiro de crédito, ou partilham o que Schumpeter (1954) denominava *credit theories of money*.

J. S. Clement (1695), *A Discourse of the General Notions of Money, Trade, and Exchange, as They Stand in Relations to Each Other. By a Merchant*. Notar que a data (1695) é significativa, já que coincide com o grande debate inglês sobre *debasement* e crise monetária, que transcorre de 1692 até 1696.

Josiah Child (1689), *A Discourse Concerning Trade, and That in Particular of the East-Indies*. Child (1630-31/1699). Autor e personagem importante, Child foi parlamentar e acionista da Companhia das Índias Orientais. Referência fundamental no debate econômico na Inglaterra e na França.

Thomas Papillon (1677), *The East India Trade a Most Profitable Trade*. Papillon foi comerciante e político em Londres.

F. Galiani (1751), *Della Moneta*. Neste caso, Marx utiliza uma citação bem característica de Galiani e de sua crítica a Locke: “L'oro e l'argento hanno valore come metalli anteriore all'essere moneta”. Há outras referências a Galiani no capítulo. Na nota 37, menção a “moeda real” *versus* “moeda ideal” e origens remotas comuns da “moeda real” e da “ideal”.

John Law (1705) - importante economista monetário britânico. Na França, foi banqueiro e executor de política monetária no controverso episódio do Mississippi System (1720), frequentemente associado pelos economistas a um uso abusivo de política monetária. *Money and Trade Considered...* (1705) é um texto de imensa importância em economia monetária. A referência de Marx, no entanto, serve apenas para contrastar a ideia de “valor imaginário do dinheiro”, de Locke. Marx cita uma edição francesa de Law, publicada por Daire em 1843.

F. V. de Forbonnais (1722-1800), *Éléments du commerce, nouvelle édition* (1766). Economista próximo a Boisguilbert e Gournay, o grande divulgador liberal e fisiocrata. Na citação utilizada por Marx, Forbonnais se refere ao

dinheiro como “símbolo”, ideia que tem como defensor máximo (ou primeiro) Montesquieu, que será a próxima referência.

Montesquieu (1748 – a edição de *L'esprit des Lois* que Marx utiliza é de 1767). “L'argent n'est pas simple signe car il est lui-même richesse; il ne représente pas les valeurs, il les équivaut”.

Le Trosne (1777), *De l'intérêt social* – citação sobre valor e signo.

G. F. Pagnini (1751), *Saggio sopra il giusto pregio delle cose*.

W. Petty (1667). Uma citação importante de *A Treatise of Taxes and Contributions*, que apresenta o valor de uma mercadoria como equivalente ao trabalho que custou a extração de prata e cunhagem da moeda pela qual tal mercadoria é trocada. Citação frequentemente vista pelos comentaristas como antecipadora da teoria do valor-trabalho.

W. Roscher (1817-1894) – autor na origem da escola econômica historicista alemã, frequentemente citado por Marx, em geral para personificar posições indefensáveis em economia política.

Capítulo III

J. Maclaren (1858), *History of the Currency*. Marx se vale deste historiador da moeda inglesa para explicar as origens metálicas da libra inglesa – relação ouro/prata, modificações no significado de libra etc.

David Urquhart, *Familiar Words*. *Urquhart* (1805-1877) foi um político e diplomata inglês, com experiência na Grécia e Turquia. Tenho a impressão de que sua incursão na política monetária foi circunstancial; de todo modo, Urquhart se refere à redução do peso das moedas inglesas de mesma denominação ao longo do tempo.

Le Trosne, *De l'intérêt social* (1777), obra que discute valor, circulação, dinheiro, comércio.

François Quesnay (1694-1774). Uma citação do *Dialogue sur le Commerce et les travaux des artisans*, por Marx referida à edição de Daire, de 1846.

Note-se que se trata de uma citação incidental – no sentido de alheia aos temas mais conhecidos de Quesnay: “vender é comprar”.

J. Mercier de la Rivière (1719-1801), *L'ordre naturel et essentiel des sociétés politiques* (1767). Citado a partir da edição Daire. Funcionário importante, associado à fisiocracia. Diversas referências da mesma obra.

Le Trosne (1728-1780) – autor fisiocrata e discípulo de Quesnay. Sua obra principal, *De l'ordre social* (1777), discute vários temas econômicos.

J. B. Say (1767-1832) – a primeira referência a Say, um autor de grande prestígio na França e na Inglaterra, difusor do liberalismo. Como as demais referências de Marx a Say, depreciativa: Say não sabe que a mercadoria é um produto.

Dudley North (1641-1691), *Discourse upon Trade* (1691). Economista e político importante, também ligado a East India Company.

William Petty. No capítulo III, é situado como proponente de uma ideia bastante difundida entre os economistas, a de que deve haver certa proporção entre a quantidade de dinheiro e o nível de comércio (*money versus trade*) – *Treatise of Taxes and Contributions*. Marx utiliza a menção como crítica à teoria quantitativa do dinheiro, versão Hume, e acrescenta que a teoria quantitativa foi também defendida por A. Young (1774) em *Political Arithmetic*, contra Steuart. Esta é a primeira menção a James Steuart, autor de *Principles of Political Economy* (1767), notório crítico de Hume. Ao longo das obras econômicas de Marx há inúmeras referências a Steuart.

Adam Smith (1723-1790). Primeira referência a Smith n' *O Capital*. O propósito é efetuar um comentário depreciativo ao tratamento pouco atento ao dinheiro de Smith. Marx afirma que Smith oscila entre tratar do dinheiro “*ex officio*” ou, em certas passagens (na crítica aos sistemas anteriores de economia política), de modo mais correto: a quantidade de dinheiro é regulada pelo valor das mercadorias em circulação. Marx faz na mesma nota (78) uma menção negativa às hesitações de Smith no tratamento da divisão do trabalho.

Jacob Vanderlint (?- 1740), *Money Answer all Things* (1734). Marx diz que Vanderlint, um autor muito conhecido, teria sido copiado por Hume – e acrescenta que Dugald Stewart disse o mesmo.

Montesquieu – novamente, o contexto é a teoria quantitativa da moeda. Marx remete à *Contribuição à Crítica* para um melhor tratamento da teoria quantitativa por Ricardo, James Mill e Overstone.

J. S. Mill, *Some Unsettled Questions of Political Economy* (1844). Marx se refere a esta obra para dizer que ela contém tudo o que de importante veio a dizer J. S. Mil em obras mais extensas.

John Locke, *Some Considerations...* (1691). Novamente, discussão sobre “valor imaginário” do ouro e da prata, bem como da proposição de que o valor da moeda metálica é dado por “quantidade” dos metais. Ideias nucleares da concepção de moeda de Locke, que vieram a ser ainda mais desenvolvidas no contexto de sua oposição ao *debasement* proposto por Lowndes, em 1695. As ideias de Locke sobre moeda e *debasement* são referidas por praticamente todos os economistas no século XVIII.

Adam Muller (1779-1829), o “romântico sicofanta”, um crítico de Adam Smith e do liberalismo.

J. David Buchanan, *Inquiry into the Taxation and Commercial Policy of Great Britain* (1844).

John Fullarton (1780-1849), *Regulation of Currencies* (1845). Fullerton sustentava as doutrinas de Tooke (às quais Marx se opôs) nos debates sobre o Bank Act, de 1844. Notar que há no Capítulo III uma concentração de referência a autores do século XIX envolvidos nos debates monetários que contrapuseram Banking School e Currency School.

N. Barbon - Novamente, *A Discourse on Coining the New Money Lighter*. Barbon sustenta que o valor do dinheiro é dado pelo selo oficial – ou seja, o rei tem a prerrogativa de, dentro de certos limites, atribuir à moeda o valor que lhe parecer conveniente e que permita arrecadar senhoriagem. Marx acha que o dinheiro é “mercadoria”; logo, se opõe a Barbon em princípio.

No entanto, e no contexto, considera que a posição de Barbon corrobora sua (de Marx) ideia de que o metal, na forma de moedas ou em sua função exclusiva de meio de circulação, torna-se símbolo. Enfim, como meio de circulação, moeda é símbolo. Daí a possibilidade de ser substituída por papel.

Mercier de la Rivière, *L'ordre naturel et essentiel ...*. A citação é: “Une richesse en argent n'est que ... richesse en productions, converties en argent”. Marx começa a debater entesouramento.

Vanderlint – sobre preços e quantidade de dinheiro em circulação.

John Bellers (1699), *Essays about the Poor*. Autor menos conhecido e, curiosamente, referido por Marx para ilustrar uma ideia muito difundida no séc. XVIII e XVII, que é a do dinheiro como “pledge”.

Pietro Verri, *Meditazione sulla Economia Politica* – agora, em uma citação que remete ao dinheiro como personificação da avareza.

Dudley North, *Discourse upon Trade*. A menção reforça a importantíssima – para Marx, para Stuart – tese de que o dinheiro pode ser entesourado, entrar e sair de circulação.

J. Stuart Mill – uma das poucas menções não depreciativas: Mill disse que na Índia a prata ia e voltava dos tesouros domésticos conforme a taxa de juros. Marx referenda.

Boisguilbert (1646-1714), *Dissertation sur la nature des richesses, de l'argent et des tributes*. Boisguilbert, um antecessor dos fisiocratas, foi um crítico do colbertismo.

John Fullarton (1780-1849). Especialista em assuntos monetários e difusor das ideias de Tooke.

William Petty, *Political Anatomy of Ireland* (1672) – uma importante passagem, em que Petty calcula a quantidade de dinheiro necessária à circulação a partir do produto nacional, para mostrar que não havia insuficiência de meio circulante.

McCulloch, *The Literature of Political Economy: a Classified Catalogue* – Marx se refere a um comentário de McCulloch a Barbon. E critica fortemente McCulloch, “o sicofanta de Lord Overstone”. O espírito do Capítulo III está impregnado pelo debate *currency school* x *banking school*. McCulloch foi, após a morte de Ricardo (1823) e por muitos anos, a principal autoridade em economia na Inglaterra. Comenta Ricardo e difunde (como editor) a economia política pré-ricardiana.

John Fullarton, *Regulation of Currencies*.

Le Trosne – Marx se refere ao segundo volume de *De l'ordre social, De l'intérêt social...*

Jacob Vanderlint, *Money answers all things* (1734). Sua análise influenciou Hume e os fisiocratas.

Nicholas Barbon, *A Discourse on Coining...* - referência à oscilação da taxa de câmbio.

W. Petty, *Quantulumcumque Concerning Money*. Referindo-se a *Political Economy of Ireland*, citação bem conhecida sobre dinheiro em excesso ou em falta, impactos sobre o corpo humano e analogias com a circulação monetária e o *body politic*.

2. O debate monetário do século XVIII (um pouco sobre o XIX)

O debate sistemático em economia e a própria formação da economia como ciência são decorrências da temática relativa a sistemas monetários metálicos e envolve questões como *debasement*, escassez de moeda, circulação, difusão de meio circulante não-metálico, “valor da moeda”, cunhagem, moeda e preços, taxa de câmbio. Acresçam-se elementos da história monetária europeia no período que vai de 1650 a 1750: expansão da oferta de metais preciosos, que remonta ao século XVI; comércio intenso com o Oriente e necessidade de prata; a própria razão ouro/prata; expansão dos pagamentos e das transações monetárias no interior das economias europeias, para

não falarmos das trocas internacionais⁶. Em algumas cidades-estado italianas desde o século XV, na Holanda desde o XVII, na Inglaterra desde o final do XVII, surgimento de algum tipo de centralização da administração monetária; ou melhor, antecessores de um banco central com poderes para regularizar a moeda e mesmo para regular a emissão de meios de pagamento – no caso do Banco de Amsterdam, ajustar o valor das moedas diversas que participam do intercâmbio com a Holanda, bem como do florim holandês. Naturalmente, a regulação da emissão de moeda subentende o crescimento da circulação de meios de pagamento não-metálicos, até chegarmos à moeda-papel emitida por bancos privados ou por autoridades monetárias (como o Banco da Inglaterra). Finalmente, e na Inglaterra desde o final do século XVIII (1797), no “período de restrição” – suspensão da livre conversão de moeda-papel em moedas de ouro e prata –, preocupação com a formulação de políticas de controle da emissão excessiva de meio circulante não-metálico, a suposta causa da elevação do preço do *bullion* (ou desvalorização da moeda). O tema foi desenvolvido por Ricardo em *The High Price of Bullion* (1810), conferindo-lhe autoridade em questões monetárias e econômicas. Debatedor de Ricardo no Parlamento foi Henry Thornton, autor de um texto inovador, *Paper Credit* (1802). Marx faz ao longo d’*O Capital* diversos comentários ao *High Price of Bullion*.

O debate inglês em torno do *debasement*, transcrito ao longo do século XVIII e intensamente entre 1690 e 1707, pode ser tomado como o momento de caracterização de uma teoria econômica da moeda. Barbon e Locke, dois autores muito referidos por Marx, simbolizam o debate. Fora da Inglaterra, e mais tarde, Galiani (1751) e Verri (1771), dois autores da predileção de Marx, efetuariam o sumário do debate. Na França, ou entre a França e a Inglaterra, Cantillon (c. 1730, publicado em 1755), autor curiosamente pouco referido por Marx, deu passos gigantescos na formulação de uma teoria do equilíbrio do balanço de pagamentos. O mesmo Cantillon relacionou circulação de moeda e quantidade adequada de meio circulante à produção e

⁶ A este respeito leia-se Vilar (1974), *Or et Monnaie dans l’Histoire*.

circulação de mercadorias – Petty já havia dado passos nessa direção, como assinala Marx. Dutot (1738) e Melon (1734) são os nomes de referência no debate monetário francês da época.

Por iniciar com a mercadoria, Marx prende-se logo ao início d’*O Capital* a valor e valor de troca. Na realidade, se prestarmos atenção ao debate econômico do século XVIII – veja-se, por exemplo, Galiani (*Della Moneta*, 1751) e Harris (*An Essay upon Money and Coins*, 1757-58) –, veremos que mesmo as discussões sobre o valor em geral foram impulsionadas pela temática monetária, ou pela aspiração a esclarecer qual o “valor da moeda”, seja em função do *debasement*, do *clipping* e do desgaste normal da moeda, ou da descoberta da América e perda de valor do metal. Alguns autores – Petty, mais tarde Galiani –, ao associarem moeda a metal e metal a mercadoria, sustentam que o valor da moeda se explica como o de qualquer outra mercadoria. Procuram formular então uma hipótese para o valor em geral, que pode ir da simples relação entre oferta e demanda a uma incipiente teoria dos custos de produção, aplicada aos metais e por extensão às demais mercadorias. Outros autores atribuem à moeda um valor especial. Locke (1691), o mais emblemático, ao considerar que o valor da moeda é dado “por consentimento”, refere-se ao peso em metal. Marx discute bastante as proposições de Locke. Outros – o mesmo Locke; bem depois, Montesquieu (1748); muito antes, os eruditos da Escola de Salamanca – associam o valor da mercadoria e das moedas, em uma relação recíproca e inversa. São as diversas ‘teorias da representação’ – a moeda “representa” mercadorias –, que funcionam como antecedentes da teoria quantitativa do dinheiro, afinal sistematizada por Hume (1752). Como se viu na seção anterior, tema muito presente em Marx.

De todo modo, e seja qual for a teoria do valor admitida, os valores relativos se expressam em preços, isso é, na expressão monetária do valor. A “forma-preço” de Marx será a expressão monetária do valor. Ora, para a série de autores do século XVIII mencionados, preço exige referência a uma moeda nacional, vale dizer, a um ente criado por uma autoridade política.

É neste contexto que se podem discutir questões como “taxa de senhoria-gem”, relação entre o valor da moeda e o valor do *bullion*, taxa de câmbio, que imantaram a atenção dos economistas do século XVIII. Ao menos desde Locke (1691) os economistas debateram concentradamente taxa de câmbio; um tema que, naturalmente, escapa à estrutura dos primeiros capítulos de *O Capital* e à maneira como Marx situa a moeda nestes capítulos. De todo modo, os economistas se engalfinhavam em torno das eventuais relações entre política monetária e taxa de câmbio, embora valha chamar atenção para o fato de que Hume e os aderentes ao binômio teoria quantitativa e *price-specie-flow* (por aí chegamos a Ricardo) pouco se preocupam com os determinantes da taxa de câmbio: ela se autoajusta e é independente da política monetária.

De certo modo, paradoxal é Adam Smith não haver levado adiante os debates sobre moeda e crédito, a despeito de seu sistema estar referido a moeda. Exatamente Smith, o economista que universalizou as ideias de Cantillon e dos fisiocratas sobre rendimentos, produção, circulação e moeda, e deu ainda dimensões inovadoras à ideia (de origens remotas) de que o valor se relaciona de algum modo a “trabalho”; algo que, reelaborado por Ricardo (1817-1821) na forma de uma crítica a Smith, converteu-se afinal em parte central da concepção de valor de Marx. No entanto, e como foi dito, sendo o propósito de Marx formular uma teoria do capital cujo ponto de partida fosse a moeda – algo que fica claro na transposição entre os capítulos III e IV de *O Capital* (Livro I) –, os debates monetários que o antecederam não parecem ter sido sua inspiração ou referência imediata; ao contrário, Marx chega à moeda através da mercadoria (valor *versus* valor de troca).

Não obstante, para efetuar o trajeto da mercadoria à moeda Marx não poderia deixar de ter como referência o pensamento econômico existente; como já dito, nascido nos debates bisseculares sobre as contingências de uma economia monetária. A “economia mercantil” de Smith é necessariamente monetária e se pode dizer que os antecessores de Smith acreditaram que o sistema econômico gira em torno da moeda e de seus dilemas. É isso

que leva às tentativas de criação de explicações econômicas para os fenômenos monetários, sendo que em certas circunstâncias – por exemplo, em Galiani (1751) – tais explicações são estendidas aos fenômenos mercantis em geral, em particular à troca: qual o valor de troca. Voltando ao fio condutor, ao tratar de valor, Marx pinça nos autores diversas frases sobre valor de uso e valor de troca, nem sempre explicitando haverem sido emitidas no seio de um debate sobre moeda.

Antes de entrarmos na exposição de Marx, duas palavras mais sobre moeda. Nas economias metálicas modernas convive uma “unidade de conta” – por exemplo, o *sterling pound* inglês – com peças de moeda de estampa e valores diversos, emitidas pela Casa da Moeda. Em resumo, e paradoxalmente, a moeda tem um preço: uma peça de tipo determinado vale tantas unidades de conta. E as mercadorias expressam seu preço (e os valores relativos) em unidades de conta (tantos *sterling pounds*) ou em unidades monetárias (tantas peças de moeda; por exemplo, tantos *shillings*, tantos *guineas*); as quais, nas circunstâncias, vêm a funcionar como unidade de conta. É o famoso problema da *realization do money of account* em peças metálicas, de James Steuart (1767). Por outro lado – o que deixamos de lado no momento – a taxa de câmbio expressa a relação de troca entre duas moedas nacionais (unidades de conta: *sterling pound* \times *livre tournois*, por exemplo), influenciada por diversos fatores, entre os quais posição do balanço de pagamentos, taxa de cunhagem, momentos de pura especulação cambial... Quem mais longe levou a discussão das relações entre moeda e câmbio foi Steuart, mas Smith entrou na matéria. Ambos (Steuart e Smith) se preocuparam com os impactos da heterogeneidade física das peças monetárias sobre a taxa de câmbio, assim como com as consequências de a Inglaterra não cobrar taxa de cunhagem. Hume, que propôs um teorema do ajustamento do balanço de pagamentos e de uniformização dos preços (o *price-specie-flow*), paradoxalmente, não se preocupou com o elemento de que é composto a moeda, o desgaste do metal etc. Valeria a pena desenvolver o tema, o qual, no entanto, não recebeu n’*O Capital* um tratamento concentrado.

Passando ao largo da taxa de câmbio, os economistas identificam desde o final do século XVII “funções da moeda”: unidade de conta (ou padrão de medida); meio de troca ou de circulação; eventualmente, entesouramento. Adiante veremos algumas definições de moeda em que estas “funções” estão bem identificadas. Porém, e antes de mais nada, qualquer moeda – algo aceito por certa coletividade como meio de troca, ou mesmo, em povos primitivos, como mero meio de conta – é, por definição, unidade de conta. E as economias nacionais, como visto, contam com uma unidade de conta “legal” e com moedas materiais, ou com “moeda ideal” e “moeda real”, para ficarmos no jargão do século XVIII retomado por Marx. *Debasement* e outras circunstâncias afetam o grau em que a “moeda real” pode ser aceita como unidade de conta; embora, como explica Galiani e vem a ser observado por Marx, a desvalorização do dinheiro “real” não afete seu poder de ordenador do valor da totalidade das mercadorias. Em suma, o *debasement* não afeta os valores ou preços relativos das mercadorias. Embora, para Marx, fosse trivial que mudanças no valor da moeda não viessem a afetar seu poder de ordenar os preços relativos, tais mudanças abalavam o mundo pacífico dos economistas, em que tanto “moeda ideal” quanto “moeda real” atuam como unidade de conta sem maiores conflitos. Em outras palavras, presumia-se certa estabilidade no valor da moeda metálica expressada em unidades de conta, mesmo porque muitas vezes a moeda metálica era utilizada como unidade de conta. Há vários fenômenos em jogo aqui, entre os quais a flutuação do valor dos metais, a relação ouro/prata e, em particular para os economistas do período pré-smithiano, o *debasement*; o qual, acreditava-se, alterava o valor da “moeda real”, ou seja, sua relação de troca com as demais mercadorias ou o preço das mercadorias. De fato, diversos episódios de *debasement* foram seguidos de perda de poder de compra da “moeda real”; conseqüentemente, e sempre que os preços fossem expressos em unidades de “moeda ideal”, mudava a relação de troca entre “moeda real” e “moeda ideal”. Em resumo, o *debasement* dava margem a uma assincronia entre moeda material e unidade de conta “oficial”. Se estivermos em presença de “curso legal”, ou obrigatoriedade de aceitação das moedas reais

como meio de liquidação de contratos, cria-se um tremendo embaraço no sistema mercantil, largamente comentado por Steuart (1767) e mesmo por Smith, na discussão dos contratos de crédito.

Para não irmos longe, vejamos como está presente na definição de dinheiro de alguns economistas importantes a dupla função da moeda, unidade de conta (ou padrão de valor) e meio de troca. A própria definição de dinheiro, como se verá, antecipa o modo como o sistema monetário é entendido. Dinheiro é:

“... the measure of value, by which the value of all other things are reckoned...”, as well as “... a change or pawn for the value of all other things ...” (Barbon, 1690, p. 7).

“... the measure by which goods are valued, the value by which goods are exchanged, and in which contracts are made payable” (Law, 1705, p. 26).

“... money are pieces of metal that public authority divides in equal or proportionate parts, and that are easily given and accepted by anyone as pledge and perpetual security, entitling oneself to receive from another person, whenever it be, an equivalent of what was given for these pieces of metal” (Galiani, 1751, p. 105).

“Money is a standard measure by which the value of all things are regulated and ascertained; and is itself, at the same time, the value or equivalent by which, goods are exchanged, and in which, contracts are made payable” (Harris, 1757/58, p. 37).

Duas palavras sobre moeda-papel. De acordo com os economistas, a moeda metálica pode ser “representada” por um bilhete que indique determinado valor (em moeda nacional) e seja aceito por todos ou por uma determinada comunidade comercial. Este bilhete tanto pode ser privado e mercantil (uma letra de câmbio) quanto emitido por um banco, ou até mesmo – e isso ocorre apenas a partir do século XVIII de modo mais geral – por uma autoridade monetária pública ou semipública, como o Banco da Inglaterra. Os bancos emitem certificados de depósito e em certas circunstâncias passam a

funcionar sob o regime de “reserva fracionária”, ou seja, a multiplicar meios de pagamento. Completa-se o processo de criação do papel-moeda. Em regime de conversibilidade, abre-se espaço para crises na conversão entre moeda-papel e moeda metálica; por exemplo, quando os bancos emitem em excesso. Smith discute prolongadamente a matéria – veja-se a longa análise no cap. II, livro II, *Wealth of Nations*, inspirada pela crise do Ayr Bank na Escócia. Ricardo pontifica após a eliminação da conversibilidade na Inglaterra, durante a crise napoleônica.

Os debates sobre os limites aceitáveis para a multiplicação de meios de pagamento, e até mesmo sobre a conveniência de sistemas que operam sob reserva fracionária, são extensos. Law (1705), por exemplo, propõe certos limites para emissão de papel-moeda em sistemas de *land-banking* (empréstimos com hipoteca de terra). Posteriormente (1719-20), o próprio Law comandou a conversão do sistema monetário francês, no rumoroso episódio do Mississippi System. Na Escócia (ver Smith), debatem-se os limites em que os bancos podem multiplicar meios de pagamento. Após a unificação britânica e ao longo do século XVIII estão em discussão as relações dos diversos bancos com o Banco da Inglaterra e os limites à concessão de crédito e emissão de moeda-papel. Este é o debate que se acentua durante o “período de restrição” e que, como mencionado, leva à polêmica da primeira década do século XIX, da qual David Ricardo e Henry Thornton foram participantes especiais. Thornton (1802), que assumiu uma concepção creditícia de dinheiro, acreditava que a autoridade monetária cumpria o papel de atenuar as crises monetárias. Ricardo, embora conhecedor profundo do crédito e do sistema monetário, partilhava a teoria quantitativa do dinheiro; a qual, de um modo ou de outro, enfatiza a autorregulação e, desse modo, confere papéis mais restritos à autoridade monetária. Os limites de expansão de crédito pelos bancos em geral e pela autoridade monetária (Banco da Inglaterra) são os temas em debate por Ricardo e, depois dele, por Overstone e Tooke, os nomes que caracterizam a *currency school* e a *banking school*. As diversas concepções de crédito, capital e *currency* das duas “escolas” informam não apenas as propostas de política econômica defendidas por seus aderentes,

como o entendimento do que é moeda em si. Essa a razão pela qual Marx, muito antes de tratar abertamente de crédito (o que ocorre apenas no Livro III), e ao efetuar a própria caracterização de “moeda”, antecipa no Livro I, capítulo III, temas que pertencem ao debate *currency x banking school*. *Contribuição à Crítica da Economia Política* reflete este, como outros debates concretos de política monetária, os quais têm por detrás entendimentos sobre moeda e sistema monetário.

3. Marx e a moeda: o que preocupa Marx

Moeda em Marx é um tema gigantesco, que ocupou um grupo considerável de economistas ao menos desde Hilferding (1910)⁷. Sem sequer reseñar as contribuições, vou me ater a um propósito bem restrito e, mesmo assim, enunciado de modo muito preliminar: em que medida a exposição de Marx sobre moeda nos primeiros capítulos d’*O Capital* reitera ou desmente o espírito geral das controvérsias monetárias dos dois séculos que o precederam; as quais, como mencionado, envolvem temas diversos e relacionados (*debasement*, escassez de meio circulante, taxa de câmbio) e definições próprias de dinheiro. Em resumo, em que medida Marx, na questão monetária, se aproxima e se afasta do espírito dos debates monetários que o antecederam, já que, como vimos, há nos três primeiros capítulos d’*O Capital* referência a um sem-número de economistas que, debatendo moeda, ocuparam papel de destaque na constituição da economia política, de 1650 a 1770. Acredito que a chave da resposta reside na mercadoria e na opção, por Marx, de desenvolver o dinheiro a partir da mercadoria. Com isso (ver *O Capital*, capítulo I), Marx colocou-se a tarefa imediata de não apenas “partir da mercadoria”, como efetuar um desenvolvimento interno até o dinheiro, em uma trajetória que, não obstante inteiramente cumprida no capítulo I, recebe complementos nos dois capítulos subsequentes. Como

⁷ Para trabalhos pioneiros, ver *O Capital Financeiro* (Hilferding, 1910); *A Teoria do Dinheiro em Marx* (Rubin, 1938). A retomada da discussão a partir dos anos 1970 foi muito impulsionada por Brunhoff (1973), *La Monnaie chez Marx*.

ficam, nessa trajetória, os temas que dominaram os debates econômicos no século XVIII, de certo modo refletidos nos termos inerentes às definições de dinheiro acima listadas, tais como *standard measure, equivalent, change or pawn...*?

Uma olhada rápida na estrutura expositiva dos três primeiros capítulos d'*O Capital* permite uma aproximação à questão. Marx inicia pela mercadoria e por seus dois fatores, valor de uso e valor (que são substância do valor e grandeza do valor). Segue-se o duplo caráter do trabalho e, afinal, valor de troca ou “forma de valor”. Na apresentação das formas de valor, Marx evita partir do dinheiro; ao contrário, pretende desenvolver as formas de valor para chegar ao dinheiro. Desse modo, o ponto de partida é a “forma simples” – duas mercadorias em confronto –, que situa a “forma equivalente”. Ao tratar da forma equivalente, Marx conclui que, nela, “a forma natural da mercadoria se torna forma de valor”. A mercadoria que expressa o valor é um equivalente.

O exemplo, ou a analogia, de que Marx se vale é significativa: peso. A mercadoria equivalente serve nas circunstâncias como “unidade de peso”. A analogia com o valor cessa aqui, prossegue Marx, porque na expressão do peso o equivalente (o ferro, por exemplo) representa uma propriedade natural comum aos dois corpos; enquanto, no valor, a expressão do valor é “social”. E prossegue: o corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre produto de um determinado trabalho útil... A formulação de Marx é bem específica, mas não deixa de representar o desenvolvimento próprio de tema antigo: medidas naturais *versus* medidas sociais. O valor, assim como o dinheiro, é uma medida social; enquanto à distância, ao calor etc. se aplicam medidas naturais. Tudo isso tem como fundamento a ideia (de Marx) de que por detrás de “valor” temos “trabalho” – uma espécie de radicalização da posição ricardiana, com um conteúdo específico bem evidenciado na apresentação, logo adiante, do “fetichismo da mercadoria”.

Voltando aos economistas, sabemos que eles se debatiam com a constatação de que o valor (expresso em dinheiro) não era uma “medida invariável”, uma vez que o metal, por sua natureza mercantil, muda de valor. Não nos esqueçamos que foi por estar em busca de uma “medida invariável de valor”, uma vez que o valor da moeda é variável ao longo dos tempos, que Smith desembocou no “trabalho comandado” (ver o final do capítulo V, Livro I da *Riqueza das Nações*)⁸. Muitos entendiam – há exceções: Barbon – que a medida de valor era “natural” (mesmo que obtida por “consentimento”, como em Locke): o peso do metal. O poder do soberano em burlar essa “medida natural” – com o *debasement*, por exemplo – seria limitado, porque as pessoas se orientariam pelo peso do metal, ou pelo preço referido a certo peso (aqui há as duas possibilidades). Atenção: é muito significativa a posição de Smith, bem evidenciada ao final do capítulo V da *WN*, de referir o preço “nominal” ao valor de uma moeda de peso metálico dado (fixo) através do tempo. O peso das moedas de mesma denominação não é fixo ao longo do tempo, porém, para efetuar comparações ao longo do tempo Smith se refere a pesos fixos e efetua a partir daí os devidos ajustamentos no valor. Implícito está que qualquer rebaixamento do peso do metal redundaria em elevação de preços; exatamente a posição de Locke e de outros tantos economistas ao se contraporem ao *debasement*. E, de todo modo, nas transações internacionais a taxa de câmbio seria sempre “peso contra peso”; o que equivale a admitir que o arbítrio do soberano quanto ao valor da moeda não ultrapassa a fronteira. O *debasement* necessariamente reduziria o valor da moeda nacional diante das outras (elevaria a taxa de câmbio). O ouro é a moeda internacional para Steuart, Smith, Marx.

O tema é, em si, aristotélico (ver o desenvolvimento dado por Marx e a citação de Aristóteles: “não pode se dar sem a igualdade, mas a igualdade não pode se dar sem a comensurabilidade”). O problema aristotélico da unidade de medida é referido por incontáveis economistas. Como achar uma

⁸ Tanto Ricardo quanto Marx, em suas críticas a Smith, deixaram de lado este aspecto.

medida invariável? A discussão deságua em Smith, que, como vimos, opta então por “trabalho”.

Para Marx, a chave da explicação está na “forma simples de valor”. A forma desenvolvida, com a qual se situa afinal o equivalente geral, assim como a forma-dinheiro, decorrem da simples. De todo modo, feito o desenvolvimento a partir da “forma simples”, na “forma-dinheiro” Marx chegará a certo peso em ouro. O equivalente, portanto, é uma mercadoria, o ouro. Ouro (ou equivalente) como mercadoria é, como vimos, um tema antigo. A esse respeito, o dilema maior dos economistas não é o ouro ser uma mercadoria e, portanto, flutuar de valor, estar sujeito a desgaste; quer dizer, a “medida de valor” difere das medidas naturais, porque seu próprio valor varia. A preocupação maior dos economistas é a inexistência de uma medida invariável de valor – uma espécie de contradição em termos porque uma medida (natural) teria que ser, por definição, invariável. Galiani diria que a preocupação é desnecessária, já que a flutuação de valor da medida não bloqueia seu papel de *standard measure*, e nem o de meio de troca. Se medirmos em metros e depois passarmos a jardas, as distâncias relativas de todos os objetos não se alteram. O valor relativo de todas as outras mercadorias (umas contra as outras) não é afetado pelo fato de a medida (ouro) ter seu valor alterado, tranquiliza-nos Galiani. O problema é que, a par de medida “natural”, o ouro é medida estatal; melhor dito, convive com uma medida estatal. Ou seja, por mais que a moeda seja uma decorrência natural das trocas, ou do comércio, recebe um *placet* estatal. Os economistas adotam como explicação para a cunhagem a necessidade de termos uma certificação oficial sobre peso e liga do metal. Sabemos que a questão é bem mais complexa; vale dizer, a capacidade de emissão de moeda está relacionada ao próprio poder do soberano ou do Estado. Marx, pelo desenvolvimento dado à matéria no capítulo I, passa ao largo desse dilema dos economistas, em cujo leito, como foi dito, se desenvolveu o pensamento econômico. A razão é simples: por desenvolver o dinheiro a partir da mercadoria, ou seja, a partir do confronto entre as mercadorias diversas, a questão do estado e da cunhagem não se coloca, ao menos no momento.

Marx se aproxima um pouco mais do dilema – a moeda como medida estatal – no capítulo II, na apresentação do “processo de troca”. Há uma passagem interessante no capítulo, em que Marx fala da troca direta (“o artigo de troca ainda não assume nenhuma forma de valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos agentes de troca”). Emerge uma mercadoria-padrão aceita por todos, o “equivalente universal ou social”. A “forma-dinheiro” se fixa nos artigos mais importantes vindos do estrangeiro ou em um valor de uso fundamental, como o gado nos povos nômades. Chegamos ao ouro. Até aqui, no relato da história do desenvolvimento da forma-dinheiro, Marx fala como qualquer economista monetário do século XVIII. E isso, mesmo ao acrescentar que o valor de uso da mercadoria-dinheiro duplica: é mercadoria profana e ao mesmo tempo “valor de uso formal”, associado a suas funções sociais. Marx chega então a Locke. Para Marx, “o processo de troca confere à mercadoria que ele transforma em dinheiro não seu valor, mas sua forma de valor específica”. Critica Locke (a ideia de valor imaginário do ouro), assim como critica os que acreditaram que, por ser em funções específicas passível de substituição por símbolos, o dinheiro seria símbolo.

Qual o valor do equivalente? Marx: “Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro só pode expressar seu valor de modo relativo, confrontando-se com outras mercadorias”. Enfim, o valor é uma relação – ver Galiani. Marx recorre novamente ao tempo de trabalho, e à necessidade de expressar o valor em outra mercadoria (pelo fato de ela também envolver trabalho). O que nos leva à “fonte de sua produção” e aos custos de produção do metal (e daí a Petty). O trecho não vai longe e é uma pena que Marx não tenha levado adiante essas discussões mais palmares sobre o processo de troca, pois é nelas que se aproxima, e ao mesmo tempo procura se distinguir, dos economistas. Na realidade, Marx de certo modo contorna o problema ao nos levar diretamente à circulação de mercadorias (capítulo III). O próprio título do capítulo III, aliás, é sugestivo: “Dinheiro ou a circulação de mercadorias”. O tema passa a ser circulação, ou a associação entre dinheiro e circulação.

É nesse contexto que Marx inicia por “medida dos valores”. Volta assim, de algum modo, ao leito comum do pensamento econômico; embora tenha criticado (não nestas passagens) acerbamente economistas, como James Steuart, que se fixam na função do dinheiro como “medida dos valores”, Marx chega a dizer que é apenas por meio dessa função (medida de valores) que o ouro – mercadoria-equivalente específica – torna-se dinheiro, que é o equivalente geral. A discussão refluí ao familiar terreno da comensurabilidade, e por meio dela Marx chega à forma preço ou forma-dinheiro, que é a expressão do valor de uma mercadoria em (determinada quantidade de) ouro. O valor de uma mercadoria passa a ser representado por sua igualdade com certa quantidade de ouro. Este é seu preço.

Tenho a impressão de que o afastamento de Marx dos dilemas dos economistas que o antecederam reside na insistência em distinguir “medida de valores” e “padrão dos preços”. Marx diz que o dinheiro “é medida de valor por ser a encarnação social do trabalho humano e padrão de preços por ser um peso metálico estipulado”. Dando pouca atenção ao primeiro aspecto – “encarnação social do trabalho” – em relação ao segundo – peso metálico – os economistas oscilavam entre considerar que o valor é o peso (Locke) ou o valor é certa unidade de conta que deveria ser fiel ao peso, mas nem sempre é (Smith aproxima-se desta última posição).

Marx prossegue: a mudança no valor do ouro não afeta sua função de padrão de preços. Como visto acima, solução Aristóteles-Galiani, baseada no caráter relativo do valor. Para efeito de nossa digressão sobre as conexões entre Marx e a economia monetária antecedente, no entanto, o decisivo é que o “padrão de preços” de Marx submerge a discussão bissecular sobre a relação entre padrão de preços e unidade de medida.

Marx passa logo, e no espírito do capítulo três, a “meio de circulação”. Note-se, portanto, que Marx não se fixa (como os economistas se fixaram) em “meio de troca”. No contexto do capítulo três, o dinheiro é imediatamente “meio de circulação”. Ora, como “meio de circulação”, não cabe analisar o dinheiro por suas dificuldades em circular ou mesmo em existir, típico

pano de fundo dos debates sobre peso, *debasement*, relação ouro-prata, conversibilidade, mudanças na taxa de câmbio... Sabemos que Marx pretende desenvolver o capital da discussão sobre “circulação” (M-D-M versus D-M-D), assim como sabemos que “circulação” era um tema frequente para os economistas – por exemplo, qual a quantidade de dinheiro necessária à circulação? Em resumo, o velho debate sobre circulação, que preocupa os economistas ao menos desde Petty, que recebe uma solução tão satisfatória em Cantillon e que vem a ser abordada novamente por Smith, em Marx representa a antessala de um tema crucial: o capital. O que o leva à conhecida distinção entre M-D-M e D-M-D. Antes disso, entesouramento, possibilidade de interrupção da circulação (ilustrada por uma longa citação de North), quantidade de dinheiro em circulação, crítica à teoria quantitativa do dinheiro. Sobre entesouramento Marx falará longamente em outras oportunidades – no capítulo III não seria o caso, porque pressupomos a “circulação” em andamento. Circulação é a contínua troca de mercadorias por dinheiro; logo, não há sentido em se falar aqui em crises na circulação, afora a importante admissão de que, na própria fórmula M-D-M, a cisão entre compra e venda antecipa a possibilidade de interrupção do circuito.

A apresentação de Marx agora está completa. Chegamos à moeda ou ao signo do valor, e ao fim do terceiro capítulo. Apenas para reiterar, Marx mergulha nos autores dos debates monetários dos séculos XVIII e início do XIX para reafirmar sua visão sobre valor e mercadoria. E, ainda, para fazer emergir da mercadoria o dinheiro, e do dinheiro, o capital. Aqui entramos já em outro terreno, próprio a Marx. O terreno, no entanto, foi inteiramente construído a partir das ossadas dos economistas, de Barbon e North a Steuart, Smith e Ricardo.

Referências

- BARBON, N. (1690). *A Discourse of Trade*. In: A Reprint of Economic Tracts. Baltimore, The Lord Baltimore Press, 1905. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/title/982>>
- BARBON, N. (1996) *Discourse Concerning Coining the new Money Lighter – Answer to Mr. Lock's Considerations About Raising the Value of Money*. In: Magnusson, L. *Mercantilism*. Routledge, London, 2015
- BRUNHOFF, S. *La Monnaie chez Marx*. Paris: Presse Universitaire de France, 1973
- CANTILLON, R. (1755) *Essay on the Nature of Commerce in General*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003
- DUTOT (1738). *Réflexions politiques sur les finance et le commerce*, Google books
- GALIANI, (1751). *Da Moeda*. Tradução de Marzia Terenzi Vicentini. Curitiba: Musa Segesta, 2000
- HARRIS, J. (1757-58) *An Essay upon Money and Coins*, London: G. Hawkins
- HILFERDING, R. (1910). *Finance Capital – A study of the latest phase of capitalist development*. Abingdon: Routledge, 1981
- HUME, D. (1752) *Of Money*. In: Hume, D. *Essays – Moral, Political and Literary*. Indianapolis, Liberty Fund, 1985
- LAW, J. (1705). *Money and Trade Considered: with a proposal for supplying the nation with money*. Glasgow: R & A Foulis, 1750
- LOCKE, J. (1691) *Some Considerations of the Consequences of the Lowering of Interest, and Raising the Value of Money*. In: Locke, J. *The Works of John Locke in Nine Volumes*. London: Rivington, 12th ed., 1824. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/EBooks/Locke_0128.04.pdf>
- LOCKE, J. (1696). *Further Considerations Concerning Raising the Value of Money*. In: Locke, J. *The Works of John Locke in Nine Volumes*. London: Rivington, 12th ed., 1824. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/EBooks/Locke_0128.04.pdf>
- MARX, K. (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Rubens Enderle. S. Paulo: Boitempo, 2014
- MARX, K. (1859). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Coleção Os Pensadores, Volume Marx. Tradução de Edgar Malagodi. S. Paulo: Abril Cultural, 1974
- MELON, J.F. (1736). *Essay politique sur le commerce*, Google books.
- OVERSTONE (1840). *Reflections Suggested by a Perusal of Mr. J. Horsley Palmer's Pamphlet on the Causes and Consequences of the Pressure on the Money Market*. In: McCulloch, *Tracts and Other Publications on Metallic and Paper Currency*. London: Harrison, 1857.
- PETTY, W. (1676) (1690) *Political Arithmetick*. In: *The Economic Writings of Sir William Petty*. Indianapolis: Online Library of Liberty, Liberty Fund.
- PETTY, W. (1662) *Treatise of Taxes and Contributions*. In: *The Economic Writings of Sir William Petty*. Indianapolis: Online Library of Liberty, Liberty Fund.
- PETTY, W. (1691) *Political Anatomy of Ireland*. In: *The Economic Writings of Sir William Petty*. Indianapolis: Online Library of Liberty, Liberty Fund
- RICARDO (1810) *The High Price of Bullion*, Cambridge: Cambridge University Press, 1952.
- RICARDO, D. (1821) *Principles of Political Economy and Taxation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- RUBIN, I. I. (1938). *A Teoria do Dinheiro em Marx*. Tradução de Tiago Camarinha Lopes. S. Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

- SCHUMPETER, J.A. (1954) *History of Economic Analysis*. London: Allen and Unwin, 1982.
- SMITH, A. (1776) *The Wealth of Nations*. Indianapolis: Liberty Fund, 1981
- STEUART, J. (1767). *An Inquiry into the Principles of Political Economy*. London: Millar and T. Cadell.
- THORNTON, H. (1802). *An Inquiry into the Nature and Effects of the Paper Credit of Great Britain*. Philadelphia: James Humphreys, 1807.
- TOOKE, T. (1837). *A History of Prices and of the State of Circulation*, Google books.
- VERRI, P. (1771) *Meditazioni sulla Economia Politica*. Silvestri, 1818/2012.
- VILAR, P. *Or et Monnaie dans l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1974.